

De Coimbra para o Rio Grande do Sul: análise de passaportes, 1881-1889

Coimbra to Rio Grande do Sul: analysis of passports, 1881-1889

CARLOS EDUARDO PIASSINI¹

Universidade Federal de Santa Maria
cepiassini@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3142-1767>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 05/04/2022

Resumo. O presente estudo tem como principal objetivo apresentar a análise de registros de passaportes do distrito de Coimbra cujos titulares pretendiam viajar/emigrar para a província brasileira do Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889. Apesar da vasta bibliografia existente a respeito da emigração portuguesa para o Brasil nos séculos XIX e XX, ainda são poucos os trabalhos que se centram no Rio Grande do Sul, local onde predomina o estudo das imigrações alemã e italiana. Foram analisados 396 registros de passaportes do Governo Civil de Coimbra, disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra e no *site FamilySearch*. As principais conclusões a que foi possível chegar são: uma maioria absoluta de titulares do sexo masculino; a proximidade entre o número de casados e solteiros; o elevado índice de instrução para os parâmetros portugueses da segunda metade do século XIX; uma maioria de trabalhadores do mundo rural e indícios de uma realidade violenta.

Palavras-Chave. Passaportes, Emigração Portuguesa, Coimbra, Rio Grande do Sul.

Abstract. The present study intends to present the analysis of records of passports of the District of Coimbra whose holders intended to travel/emigrate to the Brazilian province of Rio Grande do Sul between 1881 and 1889. Despite the vast bibliography about Portuguese emigration to Brazil in the nineteenth and twentieth centuries, there are still few studies focusing on Rio Grande do Sul, where the study of German and Italian immigration predominates. It was analyzed 396 passports of the Civil Government of Coimbra, available in the Archives of the University of Coimbra and in the FamilySearch website. The main conclusions are: an absolute majority of male; the proximity between the number of married and single; the high index of instruction for the Portuguese parameters of the second half of the nineteenth century; a majority of rural workers and evidence of a violent reality.

Keywords. Passports, Portuguese Emigration, Coimbra, Rio Grande do Sul.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

Introdução

O tema das migrações possui grande relevância entre os estudos acadêmicos da área de História no Rio Grande do Sul, sobretudo aqueles que tratam da emigração europeia para o Brasil durante os séculos XIX e XX. Alemães e italianos foram os grupos mais estudados, embora também seja grande a atenção conferida a outros, como os portugueses. Contudo, os estudos centrados no trânsito de portugueses para a região meridional brasileira são escassos comparativamente aos que incidem sobre os grupos de imigrantes antes citados, além de quase exclusivamente focados na contribuição da colonização açoriana ocorrida ao longo da segunda metade do séc. XVIII e início do séc. XIX. A presença portuguesa no Rio Grande do Sul no período posterior ainda é pouco estudada.

De acordo com Maria Xavier Villas Bôas e Beatriz Padilla (2007), essa circunstância é consequência do reduzido número de portugueses que migraram para o Sul do Brasil, assim como da sua pouca expressividade na atualidade. Há também fatores de ordem histórica e simbólica que importa considerar. A construção de uma identidade nacional no pós-independência, conjugada com alguns casos de aversão aos lusitanos, não favoreceu o destaque da presença portuguesa. O idioma auxiliou na rápida inserção do imigrante português e possibilitou uma menor dependência de redes de sociabilidade restritas aos seus iguais. Por fim, esta migração portuguesa foi urbana e dispersa.

A historiografia reserva um espaço mais significativo à imigração portuguesa quando o foco é o Brasil, no seu todo, ainda que em volume reduzido em relação à extensa produção científica sobre o tema desenvolvida em Portugal. Destacam-se o Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), uma Unidade de Investigação regida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, com inúmeras publicações e pesquisadores agregados.

As pesquisas desenvolvidas em Portugal contam com uma quantidade considerável de estudos que fizeram uso de uma fonte documental rica em informações: os registros de passaportes. Por exemplo, há trabalhos que tratam das migrações ocorridas a partir de Vila Nova de Gaia (CIRNE 2007), Viana do Castelo (RODRIGUES 2007, 2017), Porto (FERREIRA 2010), Meda (LOPES 2002) entre outros, com perspectivas diversas, como a imigração de jovens, de integrantes da elite local e durante as grandes guerras do séc. XX.

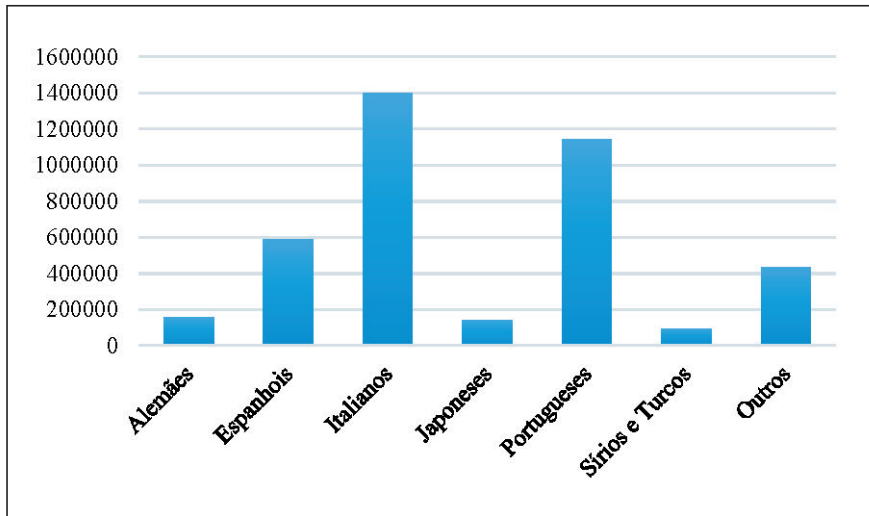
Constata-se, entretanto, a ausência de investigações centradas na migração de Coimbra para o Rio Grande do Sul. Existe alguma produção historiográfica, ainda que reduzida, sobre a emigração portuguesa para a Região Platina, como é o caso da levada a cabo pelos pesquisadores Helena Carreiras, Andrés Malamud, Beatriz Padilla, Maria Xavier e Diego Bussola (2007). A Região Platina abarca a República Oriental do Uruguai, as províncias do litoral Argentino e os estados do Sul do Brasil e possui características próprias por ser território de fronteira, sendo de destacar a sua suscetibilidade a disputas territoriais, como as que se verificaram entre portugueses e espanhóis durante os séculos XVII e XVIII, que se mantiveram com as independências do séc. XIX.

Considerando, portanto, a fraca produção historiográfica sobre a emigração portuguesa para o Rio Grande do Sul, em detrimento de farta pesquisa sobre as imigrações alemã e italiana, assim como a inexistência de trabalhos centrados na migração de grupos oriundos de Coimbra para o Rio Grande do Sul, este trabalho possui como objetivo uma análise de passaportes emitidos entre 1881 e 1889 para moradores do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul. O recorte temporal relaciona-se com a última década do período imperial brasileiro, momento no qual a imigração alemã já não era tão expressiva, ao contrário da imigração italiana e portuguesa, que passava por um momento áureo.

A emigração portuguesa para o Brasil

De modo geral, afirma Bôas e Padilla (2007), duas características tornam a emigração portuguesa singular quando comparada com outros grupos de imigrantes que rumaram ao Brasil: por um lado, o grande número de imigrantes e, por outro, a regularidade com que se deu o seu trânsito. Através do Gráfico 1 é possível perceber a expressividade da presença portuguesa dentro do conjunto de imigrados para o Brasil entre o final do séc. XIX e o começo do séc. XX.

Gráfico 1. A imigração para o Brasil entre 1884 e 1933



Fonte: IBGE (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 226.

Os números indicam que apenas a entrada de italianos supera a de portugueses no período considerado pelo levantamento do IBGE. Temos, assim, 1.401.335 italianos, 1.145.737 portugueses, 587.114 espanhóis, 434.645 imigrantes de outras nacionalidades, 154.397 alemães, 142.457 japoneses e 93.823 sírios e turcos.

A deslocação massiva de portugueses para o Brasil foi consequência de uma combinação de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. De um lado, a estrutura social e a economia portuguesa não conseguiram acompanhar o crescimento demográfico, do outro, o Brasil oferecia grandes possibilidades graças à expansão da economia cafeeira no Rio de Janeiro, Santos e São Paulo, e da borracha na Amazônia. Ao mesmo tempo, aquele era o contexto do fim da escravidão, que se deu oficialmente em 1888, assim como do desenvolvimento tecnológico que provocou uma revolução nos transportes, o que permitiu reduzir não só a distância entre os continentes, como também a que separava o interior e os portos, através das estradas de ferro e do investimento em infraestruturas de comunicação (SILVA 1994; ALVES 2001; MONTEIRO 2004).

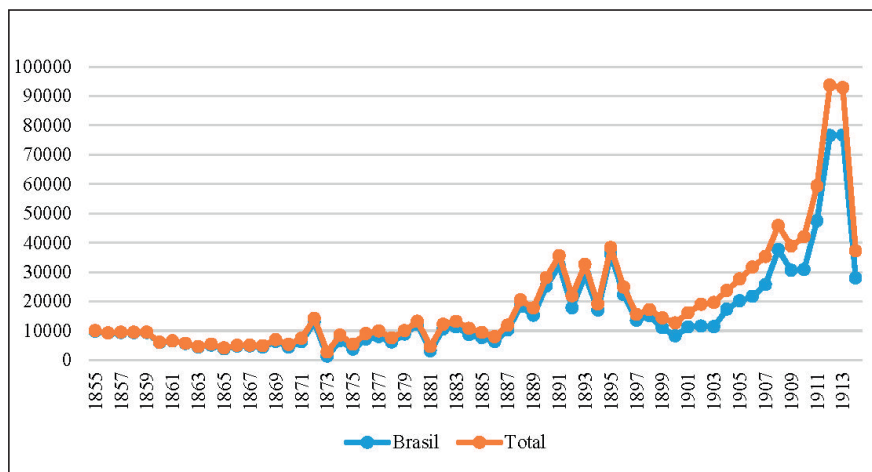
As razões que levaram italianos, portugueses, alemães e outros europeus à procura de oportunidades noutros países são semelhantes, sobretudo a fuga à miséria, mas as causas que resultaram nas precárias condições de vida foram diferentes. No séc. XIX a Alemanha já conhecia a industrialização e passava

por um intenso processo de transformação capitalista. Portugal, por sua vez, continuava dependente de um sistema económico quase de Antigo Regime. Apesar das diferenças, um fator se mostrava comum: a mão de obra excedentária, daí que a migração para o mundo americano tenha sido encarada como alternativa (LOPES 2002).

Outros motivos que levaram muitos portugueses a deixarem o seu país devem ser considerados. Desde logo o mito do enriquecimento fácil, alimentado pelo exemplo de imigrantes abastados que regressaram para Portugal. A fuga ao serviço militar também foi forte incentivo, levando muitos a buscar vias ilegais para deixar o país com a intenção de evitar o pagamento de taxas. Acrescem as sucessivas crises agrícolas, como a motivada pela infestação de filoxera, que ocorreu no séc. XIX e afetou brutalmente a produção de vinho, levando muitos trabalhadores a ficarem sem trabalho ou em condições pouco atrativas de remuneração (ALVES 2001; GOUVEIA 2016).

O Brasil foi incontestavelmente o destino preferencial da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, de acordo com Leite (1987), Gouveia (2016) e Lopes (2002), a percentagem de portugueses que migraram legalmente escolhendo o Brasil como destino, superou 80% do total daqueles que emigraram (Gráfico 2).

Gráfico 2. Comparação entre o número total de portugueses que entre 1855 e 1914 deixaram o seu país e aqueles que escolheram o Brasil como destino



Fonte: LEITE 1987: 480.

Devido ao processo de colonização que lhe precedeu, a emigração portuguesa para o Brasil sofreu uma naturalização, pelo que pouco destaque lhe foi dado frente a outras correntes migratórias europeias. Enquanto em Portugal o conhecimento da numerosa entrada de portugueses no Brasil parece ser inequívoco, o mesmo não tem ocorrido no Brasil, o que tem vindo a ser modificado graças aos recentes esforços de pesquisadores portugueses e brasileiros (EMMI 2010). A escolha do Brasil não era mero acaso. Segundo Gouveia (2016: 10):

Para além do domínio da língua do país onde as oportunidades se apresentavam mais promissoras; do acesso e da instalação mais fáceis pelas relações pessoais, familiares e locais enquanto base de apoio e circuito de informação; das condições jurídicas de instalação e naturalização; e das similitudes dos costumes; o Brasil como destino tinha, por conseguinte, uma política de emigração favorável devido à falta de mão-de-obra, facilitando o pagamento das viagens e garantindo a integração dos imigrantes em postos de trabalho.

Durante o séc. XIX, apesar das políticas da Regeneração e do Fontismo, que se propuseram a criar riqueza para consolidar o regime constitucional, Portugal continuou com problemas sociais e económicos fortes. Nos finais do século XIX ocorreram profundas transformações económicas e culturais determinantes para o fenómeno migratório: a integração das sociedades europeias numa economia global determinou uma baixa dos preços dos alimentos, resultante da concorrência internacional, e a economia portuguesa teve dificuldade em inserir-se nessa economia global; a deflação afetou os rendimentos dos proprietários rurais que constituíam a maioria da classe média; Portugal tinha, em relação à população, a maior dívida pública externa dos pequenos países europeus; os portugueses viviam à beira da bancarrota. Esse contexto levou muitos portugueses à procura de melhores condições de vida no Brasil (RAMOS, VASCONCELOS E SOUSA, MONTEIRO 2009).

Os passaportes como fontes documentais

Desde 1709 passou a existir a exigência de um passaporte para quem pretendesse deixar Portugal de modo temporário ou definitivo, rumo ao Brasil (SOUSA et al. 2009). Para deixar legalmente o país era necessário obter autorização do governo por meio do registro do passaporte. Desse modo, a vultosa emigração portuguesa deixou milhares de registros dos governos

civis de Portugal (SANTOS 2009). Para o presente trabalho, foram consultados catorze livros de registros de passaportes do Governo Civil do Distrito de Coimbra entre os anos de 1881 e 1889. O número total de registros foi de 11.525, dos quais 396 tinham como destino o Rio Grande do Sul ou alguma de suas cidades portuárias, portanto, 3,4% do total (Quadro 1). Essa documentação está disponível para consulta no Arquivo da Universidade de Coimbra e em linha, no site *FamilySearch*.

Quadro 1. Registros de passaportes do distrito de Coimbra entre 1881 e 1889

Ano	Total Registros	Registros RS	%
1881	1.142	55	4,8
1882	1.324	37	2,8
1883	1.564	44	2,8
1884	1.430	66	4,6
1885	835	45	5,4
1886	783	37	4,7
1887	1.500	35	2,3
1888	1.741	47	2,7
1889	1.206	30	2,5
TOTAL	11.525	396	3,4

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra [doravante AUC], Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

O passaporte é um documento de caráter policial cujo objetivo é garantir ao viajante/emigrante direitos e proteção da autoridade pública quando se encontra num outro país que não o seu. Indica ao país recetor que o seu portador é confiável, pois tem um país para onde pode voltar, voluntariamente ou obrigado. Além disso, o passaporte pode ser considerado como um entrave à mobilidade dos cidadãos, pois é um elemento que obstaculiza a mesma, assim como serve para monitorar quem o solicita, portanto, é um instrumento de controlo do Estado. A exigência da obtenção de um passaporte para sair do país foi uma tendência na Europa a partir das décadas de 1850 e 1860. Portugal não ficou de fora, porém tornou os mecanismos processuais cada vez mais complexos, exigentes e restritivos, enquanto outros países da Europa

tomaram o caminho oposto. Por exemplo, aos menores, mulheres casadas e funcionários públicos foi exigida uma autorização para a obtenção de passaporte, respetivamente, dos pais, maridos ou superiores hierárquicos (MONTEIRO 2011).

A obrigatoriedade do passaporte para deixar Portugal fez com que hoje os historiadores disponham de uma fonte documental valiosa para obter informações sobre a emigração legal. Torna-se possível proceder a levantamentos estatísticos e ao cruzamento de dados com outras fontes documentais. Ainda assim, é importante ressaltar que os passaportes não dão conta de toda a complexidade das migrações. Enquanto registro oficial são uma fonte limitada, pois não trazem informações a respeito dos casos de emigração clandestina. Além disso, não diferenciam os indivíduos que migravam daqueles que apenas viajavam por lazer, a negócios, ou por outro motivo. Por si só, os passaportes também dificilmente oferecem elementos para estudar as fraudes que, é presumível, ocorreram (PEREIRA 1981).

A legislação portuguesa que regeu a emigração nos sécs. XIX e XX é considerada por muitos autores como restritiva, sobretudo pela exigência de passaporte, imposições e taxas. Apenas na segunda metade do séc. XIX os ideais liberais fizeram com que ganhasse maior aceitação a noção de que o indivíduo tinha a liberdade de escolher ir para onde quisesse. Ainda assim, Portugal nunca deixou de exercer controlo sobre as entradas e saídas de nacionais e estrangeiros, ampliando ou reduzindo as exigências para tanto, porém nunca proibiu ou dificultou a emigração para destinos específicos como ocorreu em outros países europeus (LEITE 1987). A Prússia constitui um dos exemplos. Promulgou em 1859 o “Rescrito de Heydt”, proibindo a propaganda e o aliciamento de prussianos para migrarem para o Brasil devido, entre outros fatores, ao histórico de condições indignas, reclamações e promessas não cumpridas. Este normativo apenas foi revogado em 1896 (BANDEIRA 2011).

A emissão de passaportes entre 1881 e 1889, período em estudo, obedeceu às normas definidas no regulamento geral de polícia de 7 de abril de 1863. A exigência de passaporte para o trânsito interno em Portugal foi abolida. Por sua vez, os nacionais que quisessem ir para outros países precisavam obter passaporte emitido pela autoridade responsável, exceto os militares, indivíduos comissionados pelo governo, integrantes do corpo diplomático ou consular e seus dependentes, e os correios de gabinete. Para obter o passaporte era necessário entregar documentação comprobatória de acordo com as seguintes exigências: cumprimento dos preceitos da lei do recrutamento para os maiores de 25 anos de idade ou emancipados; prova de cadastro limpo; autorização dos superiores para os empregados públicos; autorização dos

pais ou tutores para os menores de 25 anos; autorização dos maridos para as mulheres casadas; comprovativo de fiança do serviço militar para indivíduos de idades compreendidas entre 14 e 21 anos, além de declaração através da qual se comprometiam a cumpri-lo ou a custear a sua substituição, caso fossem chamados. Para quem tinha o objetivo de emigrar, além das exigências anteriores, era necessário apresentar o contrato de prestação de serviços no país de destino ou o recibo do pagamento da passagem (VASCONCELOS 1864).

De acordo com Leite (1987), as exigências àqueles que queriam emigrar pretendiam evitar incidentes como a transferência de um contratador para outro, abusos derivados de dívidas para com comandantes de embarcações que levavam emigrantes e contratos irregulares. De modo geral, o procedimento para obtenção de passaporte não era restritivo. Quem tinha maiores dificuldades eram os indivíduos sujeitos às obrigações militares. Portugal optou pelo serviço militar obrigatório em 1855, e desde o começo enfrentou a tarefa impossível de preencher por inteiro os contingentes votados pelo Parlamento. As possibilidades de escapar ao serviço militar através de fiança elevavam os custos daqueles que pretendiam emigrar.

Quadro 2. Despesas de Emigração Legal em Portugal

Data	Passaporte	Fiança Militar	Viagem ao Brasil
1863	2\$600	139\$000	38\$000
1882	2\$600	240\$000	36\$000
1910	7\$000	75\$000	43\$000

Fonte: LEITE 1987: 467.

O quadro 2 indica despesas individuais. Houve variações significativas das despesas ao longo do tempo, por isso Leite (1987) escolheu datas representativas de acordo com essas mudanças. Grande parte dos emigrantes contava com algum capital ou crédito para pagar a viagem transatlântica ao Brasil. Os gastos com um passaporte normal não ultrapassavam 20% do preço do bilhete. O mesmo não aconteceu com a fiança militar, pois o seu valor manteve-se elevado ao longo dos anos, superando os gastos com a viagem. Esse era um dos elementos que mais influenciava a rede de emigração clandestina. Outro fator que fez muitas pessoas optarem por não seguir o caminho da legalidade ao deixar Portugal foi a pobreza extrema. Dispostos a partir o quanto antes e sem dinheiro, evitavam as despesas do pedido de passaporte (LEITE 1987).

As informações contidas nos passaportes permitem construir certo perfil dos emigrantes legais de Portugal, designadamente: a data de concessão do passaporte; o nome do titular; o estado civil; a profissão; o nome dos pais e se já haviam falecido; a freguesia e o concelho de residência; o destino; o local de saída; os acompanhantes, pois no período em estudo havia passaportes coletivos; o grau de instrução; se havia prestado fiança ao recrutamento; se já havia viajado ao Brasil, por quanto tempo, em que lugar e qual a atividade desempenhada; e características pessoais dos viajantes (idade, formato do rosto, do nariz e da boca, cor do cabelo, sobrancelhas, olhos e da pele, estatura e sinais particulares).

De Coimbra ao Rio Grande do Sul, 1881-1889

O distrito de Coimbra, no final do século XIX, era grandemente marcado pela importância da cidade do mesmo nome, que exercia influência sobre a zona rural e canalizava em seu benefício homens, capitais e produtos da atividade agrícola. O comércio conhecia importante expansão com os caminhos de ferro e o desenvolvimento de indústrias, como da cerâmica, massas alimentícias, sabão e laticínios. A população apresentava constante aumento, pelo menos na zona urbana e proximidades. A região de Eiras e Santo António dos Olivais desenvolvia produção de gado e leite. Outras localidades caracterizavam-se pelo cultivo do arroz. Apesar disso, o distrito de Coimbra ainda enfrentava desafios para seu crescimento, como epidemias palúdicas. Apesar de constante, a emigração não chegou a figurar como um fator de despovoamento. Entre os fatores que explicam essa movimentação, estão o desejo de promoção económica e social, o declínio sensível do trabalho artesanal, o endividamento rural e a crise vitícola (VAQUINHAS 1990)

Por sua vez, o Rio Grande do Sul teve significativo desenvolvimento económico e industrial na segunda metade do século XIX, sobretudo em Porto Alegre, cidade que recebeu contingentes de imigrantes alemães e italianos, bem como de seus descendentes, interessados em investir o dinheiro acumulado com o comércio nas regiões de colonização. O endividamento público impedia maiores investimentos, o que fazia os governantes da província sulina incentivarem a iniciativa privada, atraindo comerciantes e industriais de todas as partes (PIASSINI 2021). Era um território ideal para receber os portugueses emigrados.

A análise dos 396 registros de passaporte do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889, permitiu identificar, quanto

ao sexo, uma maioria absoluta de homens, 385, portanto, 97,2% do total de registros. Apenas 11 mulheres, 2,8%, obtiveram passaportes como titulares. Segundo Nelly de Freitas (2014), quando as sociedades portuguesas analisadas se originam dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, a presença feminina nos registros ultrapassa 40%, condição que adviria, por um lado, das dificuldades enfrentadas nesses locais e, por outro, do facto da emigração ser uma tradição antiga, aceite e encorajada pela cultura popular, tanto para os homens quanto para as mulheres.

De acordo com as estatísticas oficiais portuguesas, entre 1886 e 1900, cerca de 80,49% dos emigrantes registrados em Portugal continental eram homens, enquanto 19,50% eram mulheres (FREITAS 2014). Os resultados obtidos para o distrito de Coimbra são semelhantes aos revelados por Mário Jorge Martinho da Costa (2014) para o concelho de Penacova entre 1870 e 1899. Aí se verificou que, de 2.992 registros, 2.891 (97%) eram de homens, enquanto apenas 101 (3%) eram de mulheres.

Relativamente ao estado civil foi possível verificar: 191 homens casados e 6 mulheres casadas; 172 homens solteiros e 2 mulheres solteiras; 10 homens viúvos e 2 mulheres viúvas; 9 crianças; e 4 registros em que não constam dados sobre o estado civil. O número reduzido de ocorrências femininas nos registros não permite realizar comparações mais acuradas. Por sua vez, percebe-se uma proximidade muito grande entre o número de solteiros e casados entre os indivíduos do sexo masculino. Segundo Paula Marques dos Santos (2009), durante muito tempo prevaleceu o argumento de que o emigrante típico português era jovem, solteiro e deixava seu país por razões económicas e para fugir ao recrutamento militar. Entretanto, no distrito de Coimbra, como indicado no quadro 3, os casados requereram mais passaportes do que os solteiros entre 1881 e 1889.

Quadro 3. Estado Civil dos titulares de registros de passaporte do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul (1881-1889)

Casado	197	49,8%
Solteiro	174	43,9%
Viúvo	12	3,0%
Criança	9	2,3%
Não Informado	4	1,0%
TOTAL	396	100%

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

No que concerne à faixa etária dos homens solteiros (quadro 4), verifica-se que 83% deles tinha menos de 31 anos, o que constitui 36% do total de registros. Assim, de facto, a grande maioria dos solteiros eram homens jovens, porém, quando se considera o total de emigrantes percebe-se que, no período em estudo, os homens casados foram os que mais emigraram.

Quadro 4. Faixa etária e estado civil dos titulares de passaporte do distrito de Coimbra entre 1881 e 1889

Idade	Casados	Solteiros	Viúvos	NI*
0-20**	1	15	0	3
21-30	54	128	1	0
31-40	82	27	1	1
41-50	38	1	2	0
>50	16	1	6	0
Total	191	172	10	4

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

* Não Informado.

** Nessa faixa etária há 9 crianças que não foram consideradas na soma do estado civil.

Em relação às mulheres verificou-se uma solteira com menos de 20 anos de idade; cinco casadas e uma solteira com idade entre 21 e 30 anos; uma casada e outra viúva com idades entre 31 e 40 anos; uma mulher solteira e duas viúvas com idade acima dos 40 anos. A análise dos registros com acompanhantes demonstrou que havia um número maior de mulheres nessa

condição. Muito poucas foram titulares de passaporte e, aliás, quando o eram levavam consigo algum acompanhante, sobretudo os filhos.

Enquanto do total de 385 titulares de passaporte do sexo masculino apenas 4,9% levaram consigo acompanhantes, das 11 mulheres titulares do mesmo documento 72,7% não viajaram sozinhas. Foram identificados 27 registros com acompanhantes, que envolveram 46 indivíduos, dos quais 15 do sexo masculino, todos identificados como filhos dos titulares, e 31 do sexo feminino, sendo 14 referidas como esposas e 17 como filhas. O final do séc. XIX era ainda, portanto, um período em que poucas mulheres portuguesas da região continental, especificamente aqui o caso do distrito de Coimbra, conseguiam ou tentavam viajar/emigrar como titulares de seus passaportes. Eram dependentes dos maridos enquanto acompanhantes ou filhas.

Quadro 5. Registros de passaportes com acompanhantes de acordo com o sexo do titular

	Casado(a)	Solteiro(a)	Viúvo(a)
Homens	18	0	1
TOTAL	19		
Mulheres	6	1	1
TOTAL	8		

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

As profissões dos titulares dos passaportes eram variadas, sobretudo ligadas ao mundo rural e comercial, como se percebe pelo quadro 6. Nota-se o predomínio absoluto dos “trabalhadores”, que constituíram 73,7% (292 registros) do total de registros considerados. A motivação de grande parte deles era “o pouco ganho”, ou seja, o trabalho rural já não compensava naquela região, desse modo a possibilidade de emigrar para o Brasil era atraente. Com efeito, entre as principais motivações da saída dos portugueses para outros territórios, estava a ocorrência de crises no campo, caso da infestação de filoxera. Além disso, muitos alegavam possuir família no Brasil. As redes de contacto revelavam-se essenciais (ALVES 2001; MONTEIRO 2004).

Em segundo lugar, com 18 registros, correspondentes a 4,5% do total, estavam os proprietários. As informações presentes nos passaportes não permitem saber o que caracterizava o titular como proprietário, ou seja, se era dono de terras, de algum estabelecimento comercial, de imóveis, ou de qualquer outro tipo de propriedade. Os carpinteiros representaram 3,0% do grupo; os

pedreiros 2,0%; os alfaiates e caixeiros 1,5% cada; os negociantes 1,3%; os sapateiros 1,0%; as tecedeiras, os curtidores, os tamanqueiros, os barbeiros e os serradores, 0,75% cada; os calceteiros, moleiros e ferreiros 0,5% cada; os trabalhadores de caminho de ferro, jardineiros, pescadores, carranqueiros, padeiros e lavradores 0,25% cada.

Quadro 6. Profissões dos titulares de passaportes do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889

Trabalhador	292	Serrador	3
Proprietário	18	Moleiro	2
Não informado	13	Ferreiro	2
Carpinteiro	12	Calceteiro	2
Pedreiro	8	Jardineiro	1
Alfaiate	6	Marítimo	1
Caixeiro	6	Pescador	1
Negociante	5	Carranqueiro	1
Sapateiro	4	Tanoeiro	1
Tamanqueiro	3	Comerciante	1
Tecedeira	3	Caminho de ferro	1
Curtidor	3	Padeiro	1
Barbeiro	3	Lavrador	1

Fonte: AUC, Livros de Registos de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

Foram encontrados 20 registros de passaportes cujos titulares possuíam menos de 20 anos de idade, portanto abaixo da idade exigida para o serviço militar. Houve 10 titulares com menos de 15 anos e o mesmo número de titulares com idades entre 15 e 19 anos. Percebe-se que desde muito cedo os portugueses já exerciam alguma atividade laboral. Jerónimo Henriques, de 9 anos, morador de Penacova com destino a Porto Alegre, teve registrada a profissão de “trabalhador”. Por sua vez, José da Cunha d’Eça do Amaral, de 11 anos, e Carlos Duarte Pocinha, de 13 anos, ambos moradores de Condeixa-a-Nova, tiveram registrada a profissão de “caixeiro”.

De acordo com Isilda Braga da Costa Monteiro (2007), no séc. XIX ainda não havia a compreensão do que era a infância e a adolescência. Assim, crianças e adolescentes eram vistos como pequenos adultos, muitos deles introduzidos precocemente no mundo do trabalho. As famílias investiam nesses jovens o pouco que possuíam, ou mesmo o que não possuíam, para tentarem

a sua sorte no Brasil com a esperança de uma vida melhor para todos. A fuga ao serviço militar não pode portanto ser o único fator a considerar para explicar a emigração dos mais jovens. Nesse grupo, com menos de 20 anos, encontramos: 6 trabalhadores, 4 caixeiros, 2 alfaiates, 1 proprietário, 1 tanoeiro e 6 registros sem indicação de profissão. Por sua vez, entre as 11 mulheres titulares de passaportes, apenas 3 tiveram a profissão registrada, todas como tecedeiras.

Um aspeto de grande interesse é o grau de instrução dos titulares. Infelizmente 40,9% dos registros não contém essa informação, pelo que não é possível concluir simplesmente que não possuíam nenhum grau de instrução. De qualquer modo, 35,2% dos titulares sabiam ler e escrever, enquanto 6,8% sabiam escrever, 1% sabia ler e 3,5% sabiam redigir o nome. Significa isto que, pelo menos 46,5% dos titulares de passaporte tinha algum tipo de instrução, ainda que rudimentar, número que tenderia a aumentar caso todos os registros contassem com informações sobre o grau de instrução. Aqueles que “nada” sabiam, portanto, que não tinham nenhum grau de instrução, constituíram 12,6% do total.

Considerando os dados colhidos pelos censos portugueses de 1878 e 1890 quanto ao nível de instrução da população, conclui-se que o percentual de titulares de passaportes do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul e com algum grau de instrução foi elevado. Entre as 4.539.346 pessoas que habitavam em Portugal no ano de 1878, apenas 17,6% (798.925) possuíam algum grau de instrução. Em 1890 a percentagem era maior, já que para uma população de 5.049.729 de portugueses, 20,8% (1.048.802) contavam com algum tipo de instrução. Não houve grandes diferenças entre os dois censos, portanto, durante a década de 1880 não se alterou o baixo valor de pessoas instruídas no país. Entre 1881 e 1889 o percentual de titulares de passaportes, naturais ou residentes no distrito de Coimbra com alguma instrução, foi mais do que o dobro dos valores apontados pelos índices nacionais de 1878 e 1890.

Quadro 7. Comparação do grau de instrução da população do distrito de Coimbra entre 1878 e 1890

1878 (População de Coimbra: 292.037)				
	Homens		Mulheres	
Algum Grau	28.907	9,9%	7.496	2,6%
Nenhum Grau	106.908	36,6%	148.726	50,9%
Total	135.815	46,5%	156.222	53,5%
1890 (População de Coimbra: 316.624)				
	Homens		Mulheres	
Algum Grau	37.045	11,7%	11.082	3,5%
Nenhum Grau	110.818	35%	157.679	49,8%
Total	147.863	46,7%	168.761	53,3%

Fonte: ESTATÍSTICA DE PORTUGAL (1890). *Relatório sobre o censo da população*. Lisboa: Imprensa Nacional; Estatística de Portugal (1881). *População no 1.º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.

O concelho de Penacova, pertencente ao distrito de Coimbra, apresenta para o período compreendido entre 1870 e 1899 números semelhantes aos aqui referidos. A percentagem dos que possuíam algum grau de instrução, de acordo com o estudo de Mário Jorge Martinho da Costa (2014) foi de 39,5%, de um total de 2.891 registos. Por sua vez, considerando o distrito de Coimbra, em 1878 apenas 12,5% da sua população possuía algum grau de instrução, percentagem que sobe em 1890 para 15,2%, contrastando com os 46,5% encontrados entre os 396 titulares de passaportes em análise. Ainda que sejam considerados apenas aqueles que “sabem ler e escrever”, ou seja, que possuíam um grau de instrução considerável para os parâmetros do séc. XIX, verifica-se um total de 35,2%. Desse modo, é lícito afirmar que o grupo com pretensões de viajar ou emigrar para o Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889 era constituído por um número elevado de pessoas com algum tipo de instrução, um diferencial que importa sublinhar.

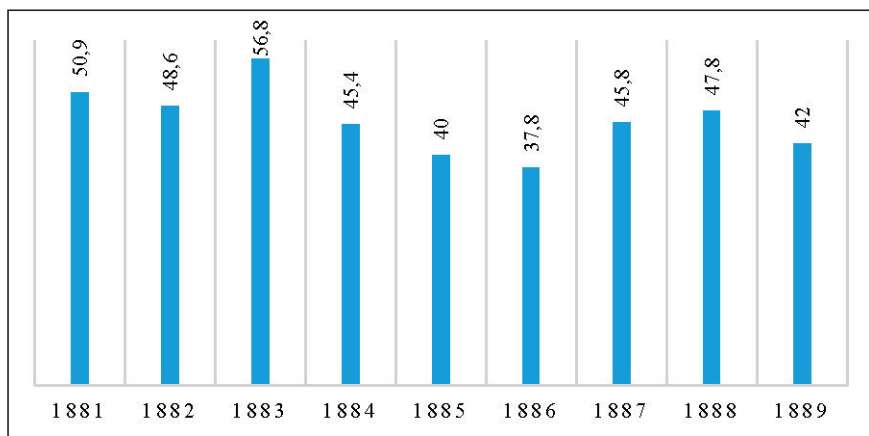
Alguns autores consideram a falta de instrução como um elemento facilitador para a emigração, pois isso tornaria essas pessoas mais vulneráveis aos engajadores, cujo objetivo, muitas vezes, era obter mão de obra barata para as plantações do Sudeste brasileiro em substituição do trabalho escravo. As histórias de enriquecimento fácil acobertavam a realidade de condições de

vida pouco atraentes. Além disso, a pouca instrução seria um obstáculo extra aos emigrantes que porventura quisessem deixar o trabalho nas fazendas para atuar em outras atividades, como o comércio. Saber ler poderia evitar, por exemplo, a assinatura de um contrato de trabalho injusto que endividaria o emigrante junto ao seu patrão, uma estratégia muito utilizada para a manutenção da mão de obra barata (COSTA 2014).

O que este estudo demonstra é o contrário. Pelo menos para o concelho de Penacova e o distrito de Coimbra, os dados apresentados evidenciam que houve um número considerável de titulares de passaporte com algum grau de instrução. Esse fenómeno pode ser explicado através da hipótese de que parte dos emigrantes considerava desempenhar funções comerciais no Brasil, ainda que, à partida para a viagem, a maioria dos viajantes tivesse desempenhado funções ligadas à agricultura. A perspectiva da emigração para terras brasileiras como possibilidade de melhoria das condições de vida pode ter influenciado muitos emigrantes a investir na instrução, ainda que rudimentar. Assim como os mais jovens eram preparados desde muito cedo no mundo do trabalho com vista a emigrar, também a educação poderia ser um caminho para alçar maiores voos no Brasil. No caso concreto dos titulares de passaportes de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul, é lícito afirmar que não estavam tão propensos ao trabalho agrícola quanto os emigrantes com destino a outras regiões brasileiras, sobretudo o Sudeste cafeeiro.

A região Sul brasileira contava com diversos núcleos de colonização baseados na pequena propriedade, de modo que os objetivos da emigração para aquela região eram diferentes dos da região Sudeste, ou seja, a prioridade não era a substituição da mão de obra escrava, mas, entre vários fatores, a constituição de uma zona colonial produtora de alimentos. Além disso, o Rio Grande do Sul poderia ser apenas um local de passagem com vista à emigração para países próximos, como Uruguai e Argentina. Assim, a aposta na instrução poderia revelar-se um meio útil para conquistar melhores condições de vida a partir da emigração.

Quadro 8. Percentagem de titulares de passaportes do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889 com algum grau de instrução



Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

A partir das informações dos registros de passaporte foi possível identificar as regiões do distrito de Coimbra onde residiam seus titulares, a saber: Coimbra (163); Miranda do Corvo (84); Condeixa-a-Nova (63); Figueira da Foz (34); Montemor-o-Velho (17); Penacova (10); Tábua (7); Oliveira do Hospital (7); Cantanhede (4); Penela (2); e Lousã (1). Houve um registro de titular estrangeiro, proveniente do Rio Grande do Sul, e três registros sem identificação de localidade. A maior parte dos titulares provinha dos concelhos limítrofes de Coimbra, Miranda do Corvo e Condeixa-a-Nova.

Os registros de passaporte eram emitidos de acordo com os concelhos de origem dos solicitantes. Por exemplo, no dia 8 de outubro de 1888 foram emitidos em sequência quatro registros de moradores da Freguesia de Castelo Viegas, do concelho de Coimbra, todos com destino à cidade de Pelotas, enquanto no dia 11 de novembro de 1886 foram emitidos em sequência quatro registros de moradores da Freguesia de Buarcos, do concelho da Figueira da Foz, sendo que dois titulares já haviam residido e trabalhado no Brasil, um deles durante 2 anos e o outro ao longo de 9 anos. Existem assim ocasiões em que é possível perceber grupos de migrantes que integravam indivíduos que já tinham vivido no Brasil, o que permite formular a hipótese de que essas pessoas estariam a influenciar as demais a emigrar.

Por fim, as características físicas dos titulares dos passaportes indicam um perfil de indivíduos de estatura baixa, brancos, com idade predominante en-

tre 21 e 40 anos e de cabelos e olhos em variações de castanho. O titular mais jovem, Abel Carvalho, tinha apenas 3 anos de idade, proveniente de Almalaquês, Coimbra, mesma localidade do titular mais velho, António Raiz, de 68 anos, casado, negociante, que sabia ler e escrever e já havia vivido no Brasil durante 16 anos. Este levou consigo a sua esposa, Bernarda, de 60 anos.

Os titulares com menos de 21 anos representaram 7,3% (29) do total. Os que tinham idades compreendidas entre 21 e 30 anos somaram quase metade dos titulares, 47,7% (189), enquanto os titulares com idades entre os 31 e os 40 anos representaram 28,5% (113). Entre os 41 e os 50 anos a percentagem foi de 10,4% (41) e, finalmente, os maiores de 50 anos foram o menor grupo, representando 6,1% (24) do total. Em média, os homens possuíam 1,64m de altura, as mulheres 1,56m e as crianças 1,32m. Poucos indivíduos possuíam cabelo loiro, grisalho ou ruivo, predominando os tons de castanho ou preto, assim como ocorria com a cor das sobrancelhas. Do mesmo modo eram escassos os olhos azuis ou verdes.

As descrições contidas nos passaportes traziam muitas vezes detalhes sobre sinais específicos capazes de os identificar. As cicatrizes, sinais, e partes do corpo com algum defeito são os mais citados. Os sinais variavam de pintas no rosto, no pescoço e nas mãos até indícios de varíola, doença comum no séc. XIX. Alguns documentos faziam referências à ausência de dedos nas mãos e a defeitos ou problemas nas mesmas partes do corpo. Houve casos de indivíduos mancos de uma ou das duas pernas. A falta de cabelo também aparece, ainda que poucas vezes. Outras características apontadas foram a gagueira, verrugas, defeitos nas pupilas, sobrancelhas unidas e papeira. A falta de dentes variava entre um e quase todos. As cicatrizes apareceram com a maior frequência, principalmente na cabeça (testa, barba, canto dos olhos, queixo e lábios) e nas mãos (costas e palmas). Essas características apontam para uma realidade violenta.

Segundo Irene Vaquinhas (1990), a violência era um traço comum do mundo rural português do séc. XIX. Ao analisar farto material de processos correcionais das comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova, entre 1858 e 1918, a autora demonstra que a sociedade rural era estruturalmente violenta, portanto não era realidade exclusiva em grupos marginais, assim como também não era monopólio do sexo masculino. Essa perspectiva explica o porquê dos sinais característicos de muitos dos titulares de passaportes de Coimbra.

Conclusões

Após o que foi exposto importa destacar algumas conclusões. A constatação do reduzido número de estudos sobre a emigração portuguesa para Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX face a outras migrações, como a alemã e a italiana, levou ao desenvolvimento deste trabalho. Apesar de existir considerável historiografia a respeito da ida de portugueses para o Brasil, que se deu de modo regular e em grande quantidade, a sociedade brasileira ainda não tem a devida compreensão da importância desta imigração, uma vez que outros grupos de imigrantes ganharam maior visibilidade. Há muito ainda por fazer. Fontes históricas como os registros de passaportes contribuíram para a realização de diversos estudos e ainda têm muitas possibilidades de análise a oferecer. A preservação e digitalização destes documentos históricos é essencial, pelo que é preciso reconhecer e felicitar a excelência do trabalho desenvolvido pelo Arquivo da Universidade de Coimbra.

A análise dos registros de passaportes do distrito de Coimbra emitidos entre 1881 e 1889 cujos titulares tinham como destino o Rio Grande do Sul, permitiu a construção do seu perfil. Ainda que os passaportes não indiquem unicamente aqueles indivíduos que tinham o interesse de deixar Portugal, pois também eram necessários àqueles que queriam realizar viagens para o exterior, oferecem possibilidades para compreender quem foram os imigrantes portugueses. Entre as principais motivações para a emigração destacam-se as mudanças estruturais do século XIX, a fuga ao serviço militar e grandes crises agrícolas. Além disso, é necessário considerar a emigração como uma estratégia consciente na busca por melhores condições de vida e não apenas como uma solução pouco planejada para problemas ocasionais de grande repercussão.

Quanto aos titulares de passaportes do distrito de Coimbra, constatou-se uma maioria absoluta de indivíduos do sexo masculino, porém foi refutada a tese de que o emigrante português era jovem e solteiro, visto que o número de homens casados superou o de solteiros. Os poucos registros de mulheres titulares de passaportes indicam que elas migravam como acompanhantes dos seus pais ou maridos, pelo menos na área continental, visto que a realidade das Ilhas era diferente. As profissões exercidas pelos titulares de passaportes eram maioritariamente ligadas ao mundo rural. As crianças eram inseridas em atividades laborais desde muito cedo, uma vez que eram consideradas pequenos adultos. Não só a necessidade da vida rural do séc. XIX o obrigava, como era ainda uma forma de as preparar para alcançar melhores condições de vida em caso de emigração.

Constatou-se uma elevada taxa de instrução entre os titulares de passaportes para os padrões portugueses da segunda metade do séc. XIX, o que pode indicar que os emigrantes com destino ao Rio Grande do Sul, onde predominava a colonização baseada na pequena propriedade em contraste com o Sudeste cafeeiro que buscava mão de obra barata em substituição ao trabalho escravo, intentavam atuar em atividades comerciais. As emissões de passaportes em sequência, para indivíduos da mesma localidade, era comum, indício de migrações planejadas em grupo. Além disso, por vezes estes contavam com pessoas que já tinham vivido no Brasil, portanto possivelmente teriam influenciado os demais a emigrar. Por fim, sinais característicos que identificavam os titulares de passaportes, como cicatrizes na face, revelam o caráter violento do mundo rural, sobretudo a defesa da honra masculina.

Fontes

Arquivo da Universidade de Coimbra, Livros de Registro de Passaportes do Governo Civil de Coimbra, Tomos 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25.

Assembleia da República, Legislação Régia: Decreto, 07 de abril de 1863. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p174> (consultado em 12 de agosto de 2021).

Estatística de Portugal (1890). *Relatório sobre o censo da população*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (2001). “Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”, in *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 113-128.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2011). *“O milagre alemão” e o desenvolvimento do Brasil, 1949-2011*. São Paulo: EdUNESP.

BÔAS, Maria Xavier Villas; PADILLA, Beatriz (2007). “Rumo ao sul: emigrantes portugueses no sul do Brasil”. *População e Sociedade*, 15, 115-130.

CARREIRAS, H.; MALAMUD, A.; PADILLA, B.; XAVIER, M.; BUSSOLA, D (2007). “Do fado ao tango: a emigração portuguesa para a Região Platina”. *Sociologia, problemas e práticas*, 54, 49-73. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n54/n54a04.pdf> (consultado em 12 de agosto de 2021).

- CIRNE, Teresa (2007). “A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)”, in Fernando de Sousa et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 51-71.
- EMMI, Marília Ferreira (2010). “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses”, in *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 17. Caxambu: ABEP, 1-14. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2305/2259> (consultado em 12 de agosto de 2021).
- FERREIRA, Diogo (2010). “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”, in Maria de Nazaré Sarges et al., *Entre Mares: O Brasil dos portugueses*. Belém/PA: Paka-Tatu, 145-160.
- FREITAS, Nelly (2014). “Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes madeirenses no Estado de São Paulo, 1886-1899”. *Revista de História*, 33, 2, 288-306.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2016). “Os reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil nos fins do século XIX e inícios do século XX – um olhar a partir do folclore”. *Beira Alta*, 75, 1-57.
- LEITE, J. Costa (1987). “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, 23, 97, 463-480.
- LOPES, Maria Antónia (2002). “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)”. *Revista Portuguesa de História*, 35, 389-419. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12799> (consultado em 12 de agosto de 2021).
- MARTINHO DA COSTA, Mário Jorge (2014). *A emigração no Concelho de Penacova através dos registos de passaportes (1870-1899)*. Porto: dissertação do 2º Ciclo de Estudos em História Contemporânea apresentada à Universidade do Porto.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2007). “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”, in Fernando Sousa et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 385-400.
- MONTEIRO, Isilda (2011). “Os passaportes: do enquadramento legal à prática (1855-1926)”, in F. Sousa et al., *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 117-135.
- MONTEIRO, Miguel (2004). “Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia – sair, viver e regressar na primeira pessoa”. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 155-168.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981). *A Política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

- PIASSINI, Carlos Eduardo (2021). *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e Cidadania: naturalização e participação política, 1824-1889*. Santa Maria: Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Federal de Santa Maria.
- RAMOS, Rui; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros.
- RODRIGUES, Henrique (2007). “A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)”, in Fernando de Sousa et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 237-256.
- RODRIGUES, Henrique (2017). “Emigração do Alto Minho e a saudade nas escritas familiares de oitocentos”. *CEM/cultura, espaço e memória*, 8, 373-389.
- SANTOS, Paula (2009). “A emigração do distrito de Viseu em direcção ao Brasil (1854-1973)”, in Fernando de Sousa et al., *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 349-362.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1994). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.
- SOUSA, Fernando de et al (2009). *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: CEPESSE.
- VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes (1990). *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Coimbra: Tese de doutoramento em Letras – História Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra.
- VASCONCELOS, José Maximo de Castro Neto e (1864). *Collecção Official da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

